

Eucaristia: divergência ou convergência? Diálogo Anglicano/Católico-Romano

Prof. Dr. Jaci Maraschin

RESUMO

Pode-se considerar o sacramento eucarístico de diversos pontos de vista. Não pretendo examinar todos eles. Basta mencionar que os principais são o bíblico, o litúrgico, o histórico, o teológico ou doutrinário, o jurídico ou canônico, e, talvez, o devocional.

Palavras-chave: Jurídico, canônico, bíblico, litúrgico.

ABSTRACT:

The eucharistic sacrament can be considered in different points of view. I do not pretend to evaluate all of them. It's enough to mention that the main ones are the biblical, the liturgical, the historic, the theological or doctrinal, the judicial or canonic, and may be the devotional.

Key-words: Judiciary, Canonic, Biblical, Liturgical.

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar o sacramento eucarístico de diversos pontos de vista. Não pretendo examinar todos eles. Basta mencionar que os principais são o bíblico, o litúrgico, o histórico, o teológico ou doutrinário, o jurídico ou canônico, e, talvez, o devocional. É provável que haja certo inter-relacionamento entre eles e que não se possa pensar no sacramento do altar, em qualquer dos casos, sem referência ao testemunho das Escrituras, da história e de seu lugar na vida devocional dos cristãos, para citar apenas um exemplo. Dedicarei o tempo que tenho, nesta manhã, para examinar a eucaristia apenas do ponto de vista teológico ou doutrinário, limitando-o ao

âmbito do diálogo ecumênico entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana, a partir das conclusões da Comissão Internacional Anglicana/Católica-Romana, conhecida internacionalmente pela sigla ARCIC.

Contexto do diálogo

Quando foi que tudo começou? Naturalmente, na igreja primitiva. De lá passou para a era dos padres apostólicos e, em seguida, à dos grandes concílios ecumênicos. Passou pela Idade Média e chegou à Reforma do século 16. Com a ruptura das relações da Igreja da Inglaterra com a Igreja Romana (que, na época representava o cristianismo ocidental), e a aceitação pelos ingleses de diversos princípios da reforma protestante, houve mudanças de doutrina e de costumes tanto num lado como no outro. Convém lembrar que a Igreja Romana também se reformou durante o Concílio de Trento. Entretanto, permaneceu na Igreja da Inglaterra a memória do passado expressa na liturgia e na vida devocional do povo. A herança protestante foi logo contrabalançada pelo reavivamento católico (Movimento de Oxford) no século 19, e pouco a pouco a antiga tradição revivia no retorno dos mosteiros e conventos, das celebrações dos dias santos e de santos, da devoção à Maria, entre outros elementos. Segundo a tradição antiga, somente sacerdotes devidamente ordenados por bispos de sucessão apostólica podiam celebrar a eucaristia. O Papa Leão XIII declarou que as ordens anglicanas eram “nulas e vazias” numa bula (*Apostolicae Curae*) publicada em 1896. Os teólogos anglicanos gastaram muito papel e saliva para tentar provar que a declaração papal não condizia com a verdade. Mas ela nunca foi revogada, muito embora gestos ecumênicos fraternos entre os papas modernos e os arcebispos de Cantuária demonstrem que o “vazio e a nulidade” dessas ordens não devam ser considerados de maneira absoluta. Num dos encontros do Papa com um dos Arcebispos de Cantuária, o Papa tirou do dedo seu anel episcopal e o deu de presente ao Arcebispo anglicano. O gesto falou mais alto do que as palavras. Mas, será que os anglicanos quando rezam suas missas fazem a mesma coisa que os sacerdotes católicos romanos quando celebram as suas?

Início do diálogo

A melhor coisa para responder honestamente a pergunta acima é examinar o que cada um pensa e faz. No dia 9 de janeiro de 1967, em

Gazzada, na Itália, reuniu-se uma comissão preparatória para concretizar o desejo demonstrado por Paulo VI e Michael Ramsey, então Arcebispo de Cantuária. Eles haviam se encontrado em Roma no ano anterior. Constituiu-se então o ARCIC que se reuniu pela primeira vez em 1970. O Papa e o Arcebispo rezaram juntos e inspiraram a comissão a seguir o conselho de Filipenses 3.13; “esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão.” Queriam dizer com isso que estava na hora de abandonar a linguagem emotiva das controvérsias do passado e descobrir áreas de convergência, a partir das quais se pudesse começar novo diálogo. O primeiro tema de investigação foi “a Igreja” a partir do conceito grego de *koinonia*. Na introdução do *Relatório final*, lemos o seguinte:

“As controvérsias entre nossas duas comunhões têm se concentrado na eucaristia, no significado e função do ministério ordenado e na natureza e exercício da autoridade na Igreja. Embora ainda não estejamos ainda em plena comunhão, a comissão nos convenceu de que é agora possível concordarmos substancialmente sobre esses temas divisivos”.

Os três *topoi* teológicos mencionados acima foram estudados pela ARCIC nas treze reuniões realizadas entre janeiro de 1970 e setembro de 1981. O *Relatório final* foi publicado na Inglaterra, em 1982. Nesse mesmo ano foi criada a segunda fase de ARCIC, que concluiu seu trabalho com a publicação do documento *Maria, graça e esperança em Cristo*, em 2005. A última reunião de ARCIC II aconteceu em 2004 em Seattle, Estados Unidos.

Perguntas dos católico-romanos aos anglicanos

Até que ponto a afirmação do memorial eucarístico relaciona-se de maneira essencial com o sacrifício único do Calvário presente no sacramento?

Que significa para “a natureza propiciatória” do sacrifício eucarístico? Pode ser estendido aos mortos?

Está Cristo presente no sacramento eucarístico “substancialmente” sob as espécies do pão e do vinho? Essas realidades são “transformadas” realmente no corpo, sangue, alma e divindade de Cristo?

É Cristo adorado no sacramento reservado?

Estas perguntas foram feitas aos membros da ARCIC II em 1982 e publicadas, depois, pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, num documento intitulado *Observations*, suscitadas pelo *Relatório final*. Esse documento também continha perguntas sobre o ministério anglicano. Como nosso tema, nesta comunicação, restringe-se à eucaristia, não tratarei da segunda parte do questionário do Vaticano.

Os temas são quatro, muito embora, a questão sobre o aspecto sacrificial da eucaristia esteja intimamente ligada à da “propiciação”. A doutrina da “presença real”, no entanto, é a mais importante, do meu ponto de vista. A questão sobre a adoração de Cristo no sacramento reservado só pode ser respondida, naturalmente, depois do esclarecimento a respeito da presença real.

Respostas (ou esclarecimentos) dos anglicanos

Muito embora as perguntas tenham sido feitas aos autores do *Relatório final*, portanto aos católico-romanos e anglicanos que haviam produzido o documento em conjunto, e os “esclarecimentos”, de igual modo, é óbvio que o Vaticano dirigia-se mais aos anglicanos que pareciam não ter tratado da doutrina eucarística devidamente, do que aos membros de sua Igreja.

Vamos por partes. A comissão reafirmou o caráter sacrificial da eucaristia da seguinte maneira: “O sacrifício único e histórico de Cristo não supõe que ele possa ser repetido”. Não obstante, acredita que “a eucaristia é verdadeiramente um sacrifício, de modo sacramental”, e lembra que nossas duas igrejas afirmam a mesma coisa. Para acentuar essa doutrina, a comissão se valeu da palavra grega *anamnesis* que significa “trazer à presença o que está sendo lembrado”. Assim, o sacrifício de Cristo, que foi feito de uma vez para sempre, torna-se efetivo no presente pela ação do Espírito Santo. A oração eucarística anglicana, depois da consagração do pão e do vinho, acrescenta: “E te rogamos, ó benigno Senhor, que envies o teu Espírito Santo sobre estes dons e os santifiques para que sejam o sacramento do Corpo de Cristo e seu Sangue da Nova Aliança”. Não se trata, pois, de mera lembrança, digamos, psicológica. A comissão avançou um pouco mais: “quando falamos a respeito da morte de Cristo no Calvário como um sacrifício, estamos empregando esse termo para nos ajudar a explicar a natureza da auto-doação de Cristo, termo esse que não esgota o significado de seu auto-oferecimento.”

Também procurou explicar o significado da propiciação. Afirmou que a morte de Cristo teve caráter propiciatório. A oração de consagração do Livro de Oração Comum de 1662, traduzida para o português em 1950, no Livro de Oração Comum usado no Brasil até 1987, quando foi substituída por dois ritos diferentes, começava assim: “Toda a glória seja a ti, onipotente Deus, nosso Pai celestial, porque, por tua terna misericórdia, entregaste o teu único Filho Jesus Cristo, a morrer sobre a Cruz para nossa redenção; o qual (tendo oferecido uma vez a oblação única de si mesmo) fez ali um inteiro, perfeito e suficiente sacrifício, oblação e satisfação pelos pecados de todo o mundo; e instituiu, e em seu santo evangelho nos mandou continuar a perpétua memória de sua preciosa morte e sacrifício até sua segunda vinda.” Mais adiante, o celebrante reza: “E com fervor desejamos que, por tua bondade paternal, aceites benignamente este nosso sacrifício de louvor e ação de graças; implorando-te, mui humildemente que, pelos méritos e morte de teu Filho Jesus Cristo e mediante nossa fé em seu sangue, nós e toda a tua igreja obtenhamos remissão de nossos pecados, e todos os outros benefícios de sua paixão.” A expressão “toda a tua igreja” deve ser entendida à luz do Credo Niceno que inclui os vivos e os mortos. É por isso, também, que diversos ritos eucarísticos comemoram os mortos, como, por exemplo, já quase no final do cânon da Oração Eucarística B, do atual Livro de Oração Comum da Igreja no Brasil: “Lembra-te dos que morreram na paz de Cristo... e concede que participemos da herança dos Santos, com a Bem-aventurada Virgem Maria, os Patriarcas, Profetas, Apóstolos e Mártires (e...), e com todos os que tiveram o teu favor, nos tempos passados. Unidos com eles, nós te louvamos e te damos glória, por teu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor”. Orações pelos mortos também aparecem em outras partes do Livro de Oração Comum como, naturalmente, no Ofício de Sepultamento e nas missas *in memoriam* que comemoram os fiéis falecidos. Uma dessas orações suplica: “Acrescenta, nós te rogamos, as múltiplas bênçãos do teu amor àqueles que partem em Jesus, a fim de que se aperfeiçoe a boa obra que neles iniciaste até que atinjam a estatura do novo homem em Cristo Jesus”.

A terceira questão trata da presença real de Cristo no sacramento eucarístico, mais especificamente, no pão e no vinho consagrados. Na “elucidación” escrita pelos membros da ARIC I, em 1979, lemos o seguinte: “O que afirmamos é a presença sacramental por meio da qual Deus usa realidades deste mundo para comunicar realidades da nova criação: o pão

desta nossa vida torna-se o pão da vida eterna. Antes da oração eucarística o fiel responde a esta pergunta, 'que é isto?' - 'é pão'. Depois da oração eucarística sua resposta é diferente - 'é verdadeiramente o corpo de Cristo, pão da vida.'" A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, ficou satisfeita com a declaração, mas não a considerou suficiente. Queria saber, agora, de que maneira o pão do café da manhã passava a ser o "pão da vida, corpo de Cristo". O "esclarecimento" de 1994, já da ARCIC II, responde apelando para as definições do Concílio de Trento, e do *Catecismo da Igreja Católica*, de 1992: "Embora o Concílio de Trento declare que a alma e a divindade de Cristo estejam presentes na eucaristia com seu corpo e sangue, não fala da conversão das realidades terrenas do pão e do vinho na alma e divindade de Cristo". Fala, também, da presença "substancial" de Cristo. O Papa Paulo VI em *Mysterium Fidei*, em 1965, não negou a possibilidade de novas maneiras de expressar a presença real por meio de palavras que expressem o que a transubstanciação queria dizer. Embora a palavra "transubstanciação" tenha adquirido tons emocionais nos debates teológicos, parece-me, quando entendida em seu contexto histórico-metafísico, dizer exatamente o que os anglicanos acreditam a respeito da presença. Relembremos, resumidamente, esse contexto. A teologia católica-romana medieval e moderna dependeu fundamentalmente da elaboração dogmática de São Tomás de Aquino. Ele usou, como se sabe, as categorias da filosofia aristotélica na montagem de seu sistema. Segundo Aristóteles, a realidade devia ser entendida por meio de quatro modos de ser: causa e efeito, matéria e forma, potência e ato, e substância e acidentes. São, na verdade, quatro polaridades ou relações. Para os fins de nossa argumentação, fiquemos apenas com a polaridade "substância e acidentes". Que Aristóteles queria dizer com isso? Que a realidade do mundo sensível podia ser compreendida na relação entre aquilo que é (substância) e aquilo que os sentidos percebem (acidentes). Ora, aquilo que é, necessariamente não muda. O que muda são os acidentes. Tomemos, por exemplo, o ser humano, esta mulher aqui ou aquele homem lá. Digamos que ela se chame Joana e ele José. A Joana que está agora com 30 anos é a mesma que foi bebê, depois adolescente e, mais tarde, jovem senhora. Se viver mais 40 anos será uma simpática velhinha. O mesmo se pode dizer a respeito de José. Na passagem do tempo eles vão se transformando. Mas Joana de 30 anos é a mesma do tempo em que tinha 15 anos. Mas, alguma coisa mudou. Diríamos, paradoxalmente, que ela é a mesma e não é. Que foi que mudou? O que Aristóteles chama de

acidentes. Que são eles? Tudo o que pode ser apreendido pelos sentidos: o peso, a forma, a cor dos cabelos, a tessitura da pele, e assim por diante. Esses elementos vão continuar a mudar com o correr do tempo. E o que não mudou? A substância. Joana é a mesma Joana? Mas, como? Onde se localiza essa substância? Em lugar nenhum. Trata-se da “joaniade” da Joana. Da sua identidade. Esta, em última análise, é uma idéia. Não é uma coisa. Na eucaristia, segundo essa doutrina, os acidentes do pão e do vinho não mudam. O pão permanece acidentalmente pão, com seu cheiro, forma, sabor e consistência intocáveis. O mesmo se dá com o vinho. Se, por acaso, por erro ou engano, o sacerdote tiver consagrado diversas garrafas de vinho *Lacrima Christi*, digamos, e se sentir obrigado a consumi-las depois da missa, certamente ficará embriagado. O álcool presente no vinho não deixa de ser álcool depois da consagração. Mas, depois da consagração, o pão e o vinho mudam de substância, isto é, pertencem a outra forma de “idéia”, a substância “trans”-forma-se. São para nós, agora, corpo e sangue de Cristo, embora mantenham os acidentes sem mudança alguma. É por isso que o sacerdote invoca o Espírito Santo para que “estes elementos do pão e do vinho sejam para nós o corpo e o sangue de Cristo”. O “esclarecimento”, aceito pelo Vaticano, conclui dizendo que cremos “na presença do Cristo vivo, real e verdadeiramente nos elementos.” Muitos anglicanos preferem não tentar definir a forma dessa presença uma vez que o “mistério”, por sua própria natureza, não pode ser definido. Qualquer mistério definido deixa de ser mistério.

A última questão proposta pelo Vaticano é sobre “a adoração de Cristo no sacramento reservado”. A resposta pode ser dividida em duas. Em primeiro lugar, pressupõe que o sacramento possa ser reservado. A Comissão observou que a prática é comum e universal em nossas duas igrejas. O sacramento eucarístico é reservado para ser levado aos enfermos, aos moribundos e aos que, por qualquer razão justificável, não puderam estar na igreja durante a celebração. O sacramento, portanto, é reservado nas duas igrejas sem problema algum. A segunda parte da pergunta exige reflexão mais complexa. Para início de conversa, convém lembrar que, na época da Reforma, os *Trinta e Nove Artigos de Religião*, inseridos no Livro de Oração Comum, sob a influência de bispos e teólogos de tendência protestante, refletiam o então chamado “espírito anti-romanista”. O de número 28, sobre “a ceia do Senhor”, termina dizendo que “o sacramento da ceia do Senhor não foi pela ordenança de Cristo reservado, nem levado em procissão, nem

elevado, nem adorado”. Os anglicanos de tendência católica não se alarmam. É verdade que “pela ordenança de Cristo” o sacramento não foi “reservado”. Mas, tampouco, por sua “ordenança” deixou de ser uma refeição (ceia) de verdade para se tornar a missa que conhecemos agora. O mesmo se pode dizer a respeito da “procissão” e da “elevação”. Mas não são esses atos que estão em jogo neste momento. O que está em jogo é “a adoração de Cristo no sacramento reservado”. O artigo de religião não menciona o problema. Condena a “adoração do sacramento” e não “a adoração de Cristo no sacramento”. Diversas igrejas anglicanas, depois do movimento litúrgico contemporâneo, adotam a Bênção do Santíssimo Sacramento e admitem devoções a Cristo “sacramentado” como, por exemplo, no Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em Porto Alegre. Convém lembrar a coleta da Quinta-Feira Santa, dedicada a oferecer graças pela instituição da Santa Comunhão: “Onipotente pai celeste, te damos graças porque neste maravilhoso sacramento, deste-nos o memorial da paixão de teu Filho Jesus Cristo. Concede-nos que reverenciemos os sagrados mistérios de seu corpo e sangue a fim de torná-lo conhecido em nós e mostrar em nossas vidas os frutos de sua redenção; que vive e reina contigo e com o Espírito Santo, um só Deus, agora e para sempre.”

CONCLUSÃO

Divergência ou convergência?

Parece-me que, para concluir, não há divergência na doutrina eucarística entre nossas duas igrejas. No que o sacerdote católico-romano crê, o sacerdote anglicano também crê. O que se faz numa igreja católico-romana, na celebração da missa, é a mesma coisa que se faz em qualquer igreja anglicana. Mas, não obstante tais convergências doutrinárias, continuamos divididos. O fato significa, em primeiro lugar, que o motivo da ex-comunhão não está na doutrina. Está no sistema oficial burocrático das instituições. Tudo é mais ou menos como uma grande pirâmide. Quanto mais se chega perto de seu pico mais rarefeito se faz o ar e menos espaço existe para o convívio fraterno. Quando mais se desce às bases, mais se percebe que o povo é o mesmo, que o amor de Deus toca a todos com sua graça e que, afinal, não percebemos razões suficientes para negar a comunhão aos que a desejam e buscam. Por outro lado, não quero negar a importância da

convergência doutrinária, embora eu ache que ela se situa mais no âmbito do “logos” do que da “carne”. É por isso que eu acho que a permanência no logos, na razão, na doutrina, não resolve as questões da “carne”, isto é, do “corpo” e, em última análise, do “Corpo de Cristo”.

No princípio era o verbo, o logos, a razão, a doutrina. Mas Deus logo se deu conta de que essas coisas não serviam muito. Fez-se então “carne” e “habitou entre nós”. Deixou de ser doutrina, burocracia, dogma, decreto, para ser vida, amor e comunhão. Esse, parece-me, é o desafio do movimento ecumênico.

São Paulo, 8 de março de 2007

Formação para o diálogo

25 anos do diálogo anglicano/católico-romano no Brasil

40 anos do diálogo do Vaticano com a Comunhão Anglicana

BIBLIOGRAFIA

Apostolicae Curae, publicada em 1896.

Catecismo da Igreja Católica, de 1992

PAPA PAULO VI em *Mysterium Fidei*, em 1965

Prof. Dr. Jaci Maraschin

É sacerdote da Diocese Anglicana de São Paulo, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Comunhão Anglicana. É professor do Instituto Anglicano de Estudos Teológicos (IAET) de São Paulo. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade de Strasbourg, França, com pós-doutorado no Union Theological Seminary e na Columbia University de Nova York, USA. Músico e escritor.